

► CÂMARA DE JUNDIAÍ

Proposta é realizar a ação “O Transporte é público, o corpo da mulher não” anualmente, no mês de março

# Projeto cria campanha contra abuso sexual em ônibus

MAURO UTIDA  
mutida@jj.com.br

A Campanha “O transporte é público, o corpo da mulher não!” deve ser votada na sessão de amanhã (5) na Câmara Municipal de Jundiá. O projeto de lei 12.253 é de autoria dos vereadores Gustavo Martignelli (PSDB) e Edicarlos Vieira (PSD) e vem ao encontro dos recentes casos que ocorreram no transporte público da cidade de São Paulo. Esse tipo de ocorrência é enquadrada como estupro.

Apesar de o assunto ser relevante, pelo projeto de lei a campanha será realizada uma vez por ano, em março. Com a medida, as empresas operadoras do serviço público de transporte coletivo deverão afixar cartazes nos ônibus, pontos de parada e terminais urbanos, com frases de efeito, incluindo o título da campanha.

O material publicitário deve conter orientação sobre como as vítimas devem agir e como denunciar a conduta delituosa. Os vereadores lembraram do caso recente em Jun-



VOTAÇÃO Vereadores também vão votar dois projetos do Executivo, relacionados a Fundação Municipal de Ação Social

diá, onde o motorista do coletivo atirou e matou um passageiro que estava assediando sexualmente uma jovem. O motorista afirmou que atirou em legítima defesa após o assediador entrar em luta corporal com ele.

Em Jundiá já existe a lei 8.669/16 para cam-

panha parecida, também de iniciativa do presidente da Casa, Gustavo Martignelli, porém ela é focada no desenvolvimento da ação pela sociedade civil e não teve tanta eficácia até o momento.

**Ordem do dia**  
A 29ª sessão ordinária

da Câmara de Jundiá terá quatro projetos de lei e mais três moções. O presidente da Casa também informou que haverá a leitura do Plano Plurianual (2018/2021), que foi entregue na quinta-feira (31) pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) e o gestor da Unidade de Ges-

tão de Finanças, José Antonio Parimoschi.

A prefeitura enviou também o projeto de lei 12.308, que altera o grau inicial dos cargos e empregos da Fundação Municipal de Ação Social (Fumas).

O grau inicial dos cargos e empregos da Fumas que serão alterados para acréscimo do porcentual mínimo da variação salarial é para agente de fiscalização de posturas municipais, assistente técnico de gestão, técnico em segurança do trabalho, técnico em construção civil e técnico em nutrição e dietética.

A Câmara também irá votar o projeto de lei do Executivo que institui o programa “Viver Aqui”, desenvolvido pela Fumas, para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social, mediante financiamento no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

Outro projeto a ser votado é do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que altera o regimento interno para permitir subscrição de projeto até a colocação em votação em plenário.

► SEGUNDO MAGGI

## China vai ampliar importação de carnes

Em viagem à China junto com a comitiva presidencial, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, disse que os chineses pretendem ampliar a compra de carnes do Brasil. A disposição foi anunciada durante encontro do presidente Michel Temer e ministros com o mandatário da China, Xi Jinping.

De acordo com o ministério da Agricultura, os chineses têm interesse em aumentar o número de frigoríficos brasileiros habilitados a exportar para o país asiático. “Foi muito gratificante ouvir do presidente da China dizendo o seguinte: ‘Eu gosto da carne do Brasil, eu amo a carne brasileira e sou um garoto propaganda da carne brasileira’. Portanto nós saímos daqui hoje, depois de muitas reuniões e visitas, a gente tem oportunidade de ver nossos negócios sendo ampliados”, disse o ministro, conforme áudio divulgado pela assessoria da pasta.

Principal parceiro comercial do agronegócio brasileiro, a China importou US\$ 17 bilhões em produtos agropecuários no ano passado, dos quais R\$ 1,75 bilhão é de carne. (Agência Brasil)

► LICENÇA-MATERNIDADE

## Câmara debate licença especial para mães de bebês prematuros

A Câmara dos Deputados está discutindo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181/2015 que pode estender o tempo de licença-maternidade para mães de bebês prematuros. De acordo com a proposta, o tempo de internação do bebê até a alta hospitalar deve ser acrescido à licença de 120 dias da mãe. A PEC limita, no entanto, o tempo total do benefício a 240 dias.

Atualmente, as mães de bebês que nascem prematuros têm licença-maternidade de 120 dias, ou de quatro meses, contados a partir do momento do nascimento. Como muitos prematuros ficam meses internados em unidades de Terapia Intensiva (UTIs), as mães acabam passando pouco ou nenhum tempo com as crianças em casa, depois de sair do hospital.

“Do jeito que a legislação está hoje, a mãe tem os 120 dias de praxe. Então, se o bebê nasce com 400, 500 gramas, idade gestacional de 22 ou 23 semanas, que é a metade da gestação, a licença já começa a ser contada. Mas alguns bebês passam cinco, seis meses internados. Então, quando termina a licença, as mães que optam por cuidar do filho acabam saindo do mercado de trabalho.”

É isso que acontece na maioria dos casos com estadias prolongadas na UTI, segundo Denise Suguaitani, nutricionista e fundadora da Associação Brasileira da Pais, Familiares, Amigos e Cuidadores de Bebês Prematuros, conhecida como Prematuridade.

A organização é responsável por acolher e orientar famílias com bebês prematuros, além de desenvolver projetos de prevenção ao parto prematuro e capacitação de profissionais que atuam em UTIs de recém-nascidos. A ONG espera que a PEC seja aprovada, como política de fortalecimento do vínculo físico e emocional da mãe com o filho e prevenção de futuros problemas de saúde para a criança.

“Enquanto o bebê está no hospital, as mães não se sentem empoderadas daquele filho, que [durante a internação] pertence à equipe de enfermagem. A mãe não tem o cuidado 24 horas, e quando o bebê vai para casa é o momento para amamentar, fazer vínculo e cuidar realmente do filho. O bebê inspira cuidados, e a recomendação médica é que fique muito protegido de visitas, de sair a público, porque está sujeito a infecções, com imunidade vulnerável”, explicou.

Para a nutricionista, a limitação da licença em 240 dias pode impedir que os bebês que nascem “superprematuros” ou que têm muitas intercorrências durante a estadia na UTI sejam beneficiados pela nova lei. Os familiares esperam que a PEC seja aprovada o quanto antes.

“A PEC é um grande passo para que famílias de bebês prematuros, e dos que ainda estão por vir, sejam beneficiadas com a extensão da licença. Para nós, o ideal seria que a licença se estendesse de acordo com o

tempo em que o bebê ficou na UTI. Essa lei estabelece o limite de 240 dias, mas já consideramos isso um grande avanço. Muitos casos de bebês prematuros realmente ficam dentro desse período”, disse Denise.

**Saúde pública**

Segundo o Ministério da Saúde, a cada ano nascem cerca de 340 mil crianças prematuras, ou seja, com menos de 37 semanas de gestação. O número representa 12,4% do total de nascidos vivos no País.

Segundo a fundadora da associação, qualquer gestante está sujeita a um parto prematuro, que pode ter causas relacionadas a complicações do útero ou intercorrências na saúde da mãe, como pressão alta, diabetes, entre outros fatores de risco. Muitos casos, contudo, não têm uma causa explicável.

Os bebês prematuros geralmente nascem com baixo peso, dificuldades respiratórias, com a pele fina e musculatura frágil, entre outras características. A sobrevivência do bebê depende do tipo de problema enfrentado, que pode ainda resultar em sequelas.

A especialista alerta que o nascimento de bebês prematuros é um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil e do mundo. Em escala global, a cada 30 segundos um bebê morre em decorrência da prematuridade, segundo estudo apoiado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). (Agência Brasil)

► ESCALADA CONTRA JANOT

## Para Michel Temer, nova denúncia será de ‘uma inépcia grande’

Em uma escalada contra Rodrigo Janot, o presidente Michel Temer disse que não está preocupado com uma nova denúncia contra ele e disse que ela será “de uma inépcia grande”. A crítica foi feita durante viagem do peemedebista à China, em entrevista concedida à TV Bandeirantes. No dia anterior, o presidente havia afirmado a assessores e aliados que o procurador-geral da República está agindo de forma afoita.

“Eu tenho a mais absoluta convicção de que se vier, será uma singeleza e, para não dizer, de uma inépcia grande. Eu não tenho nenhuma preocupação”, afirmou.

Ele disse, ainda, que o assunto será tratado por seu

advogado, Antonio Mariz de Oliveira, e enfatizou que está “muito bem despreocupado em qualquer hipótese de denúncia”.

“Não tenho nenhuma preocupação e estou preocupado em levar o Brasil adiante, que é o que estamos fazendo”, afirmou.

A expectativa é de que a PGR (Procuradoria-Geral da República) apresente a nova acusação nesta semana, o que chegou a levar o presidente a considerar um retorno antecipado ao Brasil.

Ele foi convencido, contudo, a permanecer na China, até o final do encontro dos BRICS, para evitar uma repercussão negativa, passando a mensagem pública de que estaria apreensivo.

“Eu cogitei, mais ou menos, quem sabe, eu saio na segunda-feira à noite, que será período da manhã no Brasil, chego mais ou menos às 11 horas e poderei acompanhar a votação [da meta fiscal]. Mas simplesmente isso, nada decidido ainda, nada decidido”, afirmou.

Na entrevista, o peemedebista disse ainda que a relação comercial entre Brasil e China é “muito sólida” e afirmou que se considera amigo do presidente chinês Xi Jinping.

“Vou ser um pouco ousado, mas praticamente amizade. Você sabe que é a quinta vez que eu me encontro com ele. E nós nos encontramos pela sexta vez”, disse. (Folhapress)

► POSITIVISMO

## Presidente diz que ainda acredita na aprovação da reforma da Previdência

O presidente Michel Temer disse no último sábado (2), que acredita que o governo ainda vai conseguir colocar em pauta e aprovar a reforma da Previdência no Congresso Nacional. De acordo com ele, os últimos 90 dias, apesar de “muito tumulto político”, foram um período de notícias positivas na economia, como a criação de empregos e o crescimento do PIB, o Produto Interno Bruto. Como altera a Constituição, a pro-

posta precisa ser aprovada em dois turnos, na Câmara e no Senado, com alto quórum [308 deputados e 49 senadores].

Citando a vitória do governo em outros assuntos tratados pelo Planalto como reformas estruturais, como a emenda que institui um teto para os gastos públicos e a mudança de leis da CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, Temer disse estar disposto a levar adiante as alterações ao acesso à aposen-

tadoria e, posteriormente, promover uma reforma tributária. “Penso que ainda vamos conseguir aprovar a reforma da Previdência.”

Temer está na China desde quinta-feira (31) e cumpre uma agenda que envolve encontros com investidores, empresários, o presidente Xi Jinping e a participação na 9ª Cúpula do Brics (grupo formado pelo Brasil, a Rússia, Índia, China e África do Sul). (Agência Brasil)